



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: "A SITUAÇÃO ATUAL DO BIOMA DO PANTANAL E O
PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO."

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às catorze horas, na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, iniciou-se Audiência Pública sobre a situação atual do Bioma do Pantanal e o papel do Ministério Público, sob a Presidência do Conselheiro Jarbas Soares Júnior, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Presentes também o Conselheiro do CNMP, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, além do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MPMT), Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado; a Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Sandra Cureau; O Procurador de Justiça Luís Alberto Esteves Scaloppe, membro titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística; o Juiz Federal Fábio Henrique Fiorenza, representante da AJUFE e o Juiz de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá, Rodrigo Roberto Curvo. Presentes também a Secretária-Adjunta de Mudanças Climáticas, Elaine Corsini, neste ato, representando Ana Luiza Ávila Peterlini, Secretária Estadual de Meio Ambiente; a Professora Doutora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso, Cátia Nunes da Cunha; o Professor Titular PhD e Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas, Paulo Teixeira de Souza Júnior. Presentes também o Presidente da Associação Mato-grossense do Ministério Público o Promotor de Justiça Miguel Shhessarenko e o Diretor da Fundação Escola, Carlos Eduardo. O Procurador do Trabalho Leomar Daroncho; o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, membro do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Eduardo Cândia; o membro da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Antônio César Bochenek; o membro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; a Assessora Jurídica da Confederação Nacional da Indústria, Alessandra Tanisse; o Vice-Presidente da FAMATO, Normando Corral, representando o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil João Martins da Silva Júnior; o 1º Vice-Presidente do Sistema FIEMT, Edgar Teodoro Borges; a Diretora Regional Centro-Oeste, da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, Leonice de Souza Lotufo. Iniciados os trabalhos, o Presidente, Jarbas Soares Júnior agradeceu o apoio do Ministério Público do Mato Grosso para realização da presente Audiência Pública e cumprimentou todos os presentes, passando, em seguida, a explicar o papel institucional do CNMP e a relevância da Audiência Pública. O Procurador-Geral de Justiça do MPMT saudou os participantes e demais integrantes da mesa, passando a apontar algumas características e a luta pela preservação do Pantanal, disse que o Ministério Público estaria aberto às críticas positivas e negativas para construir uma verdade social, que mantivesse e preservasse o Pantanal. Após, o Procurador Luiz Alberto Esteves Scaloppe registrou a importância dos membros que estavam presentes em relação à proteção e à garantia do Pantanal, com base na Constituição Federal. Esclareceu a importância da designação da representação do Promotor de Justiça para a área da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Cuiabá e agradeceu o Conselheiro Jarbas Soares por ter levado a Audiência Pública ao Mato Grosso. O Presidente cumprimentou o Ministério Público do Mato Grosso pela instalação de Promotorias Hidrográficas. Por sua vez, o Conselheiro do CNMP Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho agradeceu o convite e ressaltou a importância das Audiências Públicas para que fosse formada uma conclusão técnica a respeito desse tema importante que é defesa do meio ambiente. Sugeriu ao Presidente que fossem concluídas as Audiências Públicas dos demais Biomas do nosso país encaminhadas para o



Senado Federal, para que aquela Casa Legislativa tomasse conhecimento dos debates científicos travados. Comentou que o CNMP estará, dentro em breve, analisando uma proposta de Resolução, disciplinando e aperfeiçoando os instrumentos de resolução alternativa de conflitos do Ministério Público, a Recomendação e o Termo de Ajustamento de Conduta. Desejou que a contribuição que o CNMP venha dar para o Ministério Público Brasileiro torne e seja mais eficaz a busca de um relacionamento equilibrado entre aquele que busca o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente. A Subprocuradora-Geral da República Sandra Cureau saudou os colegas da mesa e todos os presentes e agradeceu o convite para participar da Audiência Pública. Falou de questões enfrentadas no Pantanal, vinculada à plantação de cana, as drenagens para a pecuária, hidrelétricas e as consequências que elas produzem sobre o ecossistema, inclusive sobre a ictiofauna. Citou que a Audiência Pública é importante para um trabalho conjunto do Ministério Público, Federal e Estadual, do Trabalho e das organizações não governamentais, no sentido de impedir a destruição do Pantanal. O Juiz Federal Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza ressaltou que o Poder Judiciário também faz parte do sistema de proteção ao meio ambiente e, em especial, ao Bioma Pantanal. O Juiz de Direito Rodrigo Roberto Curvo ressaltou a importância da criação da Vara Especializada em Meio Ambiente. Pontuou a preocupação local com a preservação do Rio Cuiabá, principal Rio que une e corta as duas cidades principais do Estado de Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande, que aos poucos está se degradando. Sugeriu aos especialistas ouvir um pouco sobre os efeitos que a degradação do Rio Cuiabá pode gerar no Bioma Pantanal no sentido das regiões de Poconé, Cáceres e outras. Concluída a primeira etapa da Audiência Pública, foi descomposta a mesa, passando a palavra ao Professor Paulo Teixeira de Souza Júnior, convidado do CNMP para uma breve apresentação do tema da Audiência Pública, as condições do Bioma Pantanal e o papel do Ministério Público, o qual destacou que o Pantanal é um ecossistema frágil e está ameaçado, assim como várias outras áreas úmidas frágeis, pelo processo acelerado de desenvolvimento e muitas vezes desordenado que vem sendo observado ultimamente. Citou a importância das pequenas áreas úmidas que são pouco observadas. Falou da trajetória da UFMT desde sua origem, que tem trabalhado e buscado produzir conhecimentos sobre o Pantanal e sobre as áreas úmidas, visando subsidiar, cientificamente, as políticas públicas para a conservação e o uso sustentável dessas áreas. Citou que nos anos 90 foram criados os Programas de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade. Mencionou que no mesmo ano foi firmada uma importante parceria internacional com o Instituto Max Planck da Alemanha, com financiamento bilateral do CNPq e do BMF da Alemanha através do Programa Shift e no ano 2000, o Pantanal foi decretado Patrimônio da Humanidade. Ressaltou que a equipe, liderada pela Pró-Reitoria de Pesquisas da UFMT, elaborou um projeto que foi encaminhado ao Governo do Estado. Destacou que o Governador Dante Oliveira foi um entusiasta e apoiador deste projeto. Houve apoio do Ministério da Ciência e da Tecnologia e da Universidade das Nações Unidas, que é sediada em Tóquio. Em 2002, foi criado o Centro de Pesquisas do Pantanal e o Programa Pantanal Regional Environmental Programme, que é um dos programas vinculados à rede mundial da Universidade das Nações Unidas. Salientou que os trabalhos cresceram e se desenvolveram até que o destaque obtido, durante esses anos, credenciou o estado para, no ano de 2008, organizar em Cuiabá a 8ª Conferência Mundial de Áreas Úmidas, com 700 pessoas, proveniente de 40 países. Foi organizada uma expedição científica ao Pantanal. Essa expedição passou pela Transpantaneira; pelos Rios Cuiabá; São Lourenço e Paraguai. Durou uma semana e os pesquisadores, que estiveram presentes na expedição, emitiram a Declaração dos Participantes da Expedição Científica do 8º INTERCOL sobre a Proteção do Pantanal. Após um workshop em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas foi criado um Tratado de Cooperação do Pantanal, com a participação de integrantes da Bolívia, Brasil e Paraguai. Foram citadas três ameaças ao Pantanal: no nível global, as mudanças climáticas; no nível regional, a agricultura em larga escala feita fora dos padrões no planalto e no nível local a degradação do Rio Cuiabá. Citou que para contribuir com a problemática da pesca e a pecuária foram criadas



três redes sustentabilidade da pesca, sustentabilidade da pecuária e a rede pantaneira de bioprospecção. Essa terceira rede, tem como objetivo gerar, agregar valor aos elementos da biodiversidade do Pantanal, da flora, da fauna, gerando fitofármaco, bioinseticidas, corantes e uma série de produtos. Ressaltou, em conclusão, a importância da integração planalto e planície. Após agradecer o orador, o Presidente passou a palavra à Professora Cátia Nunes da Cunha, professora titular da UFMT para sua apresentação. Inicialmente, a especialista citou as bases legais, problemas e questionamentos referentes ao Pantanal. Ressaltou a questão climática e a falta d'água, que querem resolver com investimentos de engenharia, dessalinização da água do mar e tratamento de esgoto e não com recuperação de áreas. Mencionou a importância de criar uma Lei para as áreas úmidas, e não só para o Pantanal. Explicou a história evolutiva do Pantanal, através dos processos hidrogeológicos e geomorfológicos. Salientou que o maior problema do Pantanal é a falta de uma hierarquia administrativa de gestão. Ressaltou que não dá para administrar o Pantanal sem pensar em uma política, por exemplo, de boas práticas de uso agrícola, de proteção de mananciais de reconstrução de matas auxiliar, hidrelétricas, porque tudo isso está relacionado com a manutenção da água. Sugeriu a criação de uma Lei Federal, específica sobre o Pantanal, que considere a natureza. Em seguida, foram ouvidos os inscritos, terceira fase da Audiência Pública. O Engenheiro Florestal Jean Carlos Ferreira se referenciou do seu trabalho de mestrado, como uma ferramenta de tecnologia para criar uma base de dados única de recuperação de áreas degradadas. Afirmou que esse estudo busca alternativa tecnológica para tentar melhorar o sistema de gestão. Solicitou parceria do Estado, do Ministério Público, da Universidade Federal do Mato Grosso e de outras entidades que testem o sistema. Em fala posterior, o representante do Instituto Ação Verde Vicente Falcão de Arruda Filho explicou sobre o Instituto Ação Verde que é uma ONG criada dentro dos setores produtivos do Estado de Mato Grosso, que busca promover o equilíbrio entre o meio ambiente, o bem-estar social e atividade produtiva do Estado de Mato Grosso. Sugeriu ao Governo investir em pesquisas energéticas, voltadas ao empreendedorismo; criar mecanismos de financiamento às empresas que querem mudar os perfis dos seus processos de produtos com menor impacto ambiental; reduzir os custos de produção de energia; melhorar o saneamento básico, educação, entre outros. Explicou que o Instituto entende que se deve caminhar para um desenvolvimento sustentável, inclusive, com visão na melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros e buscar diversas ações para solucionar a questão energética global, passando pelos avanços tecnológicos e também por mudanças culturais, relacionadas ao consumo de bens e serviço. O Proprietário e Produtor Luiz Alberto Gomes da Silva Alencar ressaltou três pontos de abordagem. Primeiro, a pecuária extensiva como sustentabilidade do ecossistema Pantanal; segundo, o cerrado produz água, o Pantanal, não; terceiro, Legislação. Sugeriu que se cuide do Pantanal por meio de um Programa de Recuperação de Pecuária Extensiva. O Vice-Presidente da FAMATO Normando Corral ressaltou a questão da agricultura e pecuária na expansão agrícola e produção de alimentos. Em seguida o Procurador do Trabalho Leomar Daroncho mencionou a questão do uso indiscriminado dos agrotóxicos pelos produtores. Citou da quantidade de resíduos de agrotóxicos na água potável. Explicou que tanto os agricultores quanto os produtores são vítimas do modelo e que tem que ser feita uma reflexão sobre o assunto. A Secretária-adjunta de Mudanças Climáticas do Governo Estadual do Mato Grosso, Elaine Corsini, mostrou um panorama do Pantanal. Afirmou que o Bioma Pantanal, ocupa 7% do Estado de Mato Grosso e que o fator mais importante do Pantanal é o pulso de inundação. Afirmou que isso dá a riqueza à diversidade do Pantanal e estabelece os limites do uso desse território. Citou o pulso de inundação tem limitações de ocupação em função da pecuária extensiva e que isso gera a diversidade em relação à ictiofauna, aos mamíferos, às aves. Mencionou que a Convenção da Biodiversidade, inicialmente, estabelecia que cada um dos Biomas Brasileiros deveriam ter 15% do seu território conservado através de áreas protegidas, de unidades de conservação e que no Estado do Mato Grosso, esse percentual é 8,2. Enfatizou que o pensamento deve ir além de instrumentos de comando e controle. Afirmou que se deve pensar em instrumentos econômicos que facilitem que



atividades se desenvolvam nesse bioma e contribuam para a sua conservação. Citou a pesca profissional que está ligada à cultura do povo que vive nessa região e que seria importante regrá-la, mas também permitir que a mesma se desenvolva. Salientou que no turismo é necessário fortalecer as atividades que possam trazer rentabilidade para quem está no Pantanal e possam contribuir para a conservação. Afirmou que é importante entender que a cultura mato-grossense está vinculada à baixada cuiabana, à cultura pantaneira, e isso dá as raízes da região e também pode utilizar essa cultura para o turismo, para trazer retorno financeiro para as pessoas que estão no Pantanal e contribuir para a conservação desse ambiente. Em seguida, o **Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Lourenço João Fernando Copetti Bohrer** contextualizou a Bacia do São Lourenço. Citou os impactos causados, os conflitos existentes, a mineração, as hidrelétricas, a fiscalização da agricultura e sobre o trabalho de recuperação de nascentes, que melhora a qualidade e volume de água das bacias. A **Mestranda em Direito Agroambiental Juliana Ishikawa** salientou que integra o Projeto de Extensão denominado: **Elaboração e Implementação e Políticas Públicas Socioambientais no Estado de Mato Grosso**. Esse grupo tem por objetivo estudar o Projeto de Lei 750/2011, de iniciativa do Senador Blairo Maggi, em âmbito federal, para ser aplicada a todo o Pantanal, não somente ao Pantanal mato-grossense. Enfatizou que existe uma Legislação sobre áreas terrestre e sobre recursos hídricos, mas não sobre as especificidades e as características do Pantanal, enquanto área úmida e que a proposta existente ainda carece de muitas emendas. Afirmou que o Ministério Público deve tomar a frente dessa proposta. Propôs que a legislação deve conter os seguintes temas: a questão das hidrelétricas; dos agrotóxicos; do turismo; da pesca; dos povos e de comunidades tradicionais; das drenagens; da indústria; das culturas exóticas; dos diques. A representante da **Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Carolina Joana da Silva** mencionou que viu esse evento como uma resposta da sociedade aos desafios existentes no Pantanal. Citou as perdas que o Pantanal já viveu e os momentos da sua ocupação: primeiro quando os índios ocuparam; segundo quando houve a Colonização Europeia, que trouxe o gado e deu a condição do Pantanal ter uma sustentabilidade; terceiro, a partir de uma Política Pública que o setor remeteu a Marcha para o Oeste. Afirmou que, hoje, tem-se como pressão a forma de uso da ocupação do Estado, da bacia, que reflete no Pantanal e principalmente, a questão do uso de recursos hídricos em uma matriz energética, que é fundamentada no uso dos rios, uma matriz hídrica. Essas forças motrizes, segundo ele, geram impactos como a erosão, assoreamento, e especialmente a perda da conectividade hidrológica e da biodiversidade. Concluiu dizendo que todas essas políticas têm que levar à restauração do sistema ecológico e social. Em seguida, a representante da **Confederação Nacional da Indústria (CNI) Alessandra Panisi Souza** salientou que as usinas hidrelétricas, como qualquer outra indústria instalada na região ou no Bioma do Pantanal, ou Bioma Amazônico, ou do Tocantins Araguaia, só pode ocorrer se tiver processo de licenciamento, ou seja, com o controle do poder público. Citou a Bacia do Alto Paraguai e pediu para o Ministério Público considerar o Plano de Elaboração dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai. Enfatizou a importância de se ter um plano robusto, trabalhado em uma audiência, junto com a sociedade, a fim de evitar demandas judiciais. Fez, também, uma sugestão que, nos próximos editais de convocação de audiências públicas seja evitado o termo proliferação de centrais hidrelétricas, porque traz uma conotação pejorativa. A representante da **EMBRAPA Pantanal Débora Calheiros** registrou que trabalha na Rede Pantanal de ONGs e movimentos sociais e que esta Rede congrega ONGs do Brasil, Bolívia e Paraguai. Ressaltou que o Plano de Bacia é o instrumento mais importante do escopo legal, que está em vigor na Legislação de Recursos Hídricos e que fazer uma lei da planície sem levar em conta a bacia hidrográfica é um erro básico em gestão de recursos hídricos. Sugeriu ao Ministério Público Federal e Estadual e ao Conselho Nacional do Ministério Público que trabalhassem com a questão do planejamento dos Planos de Bacia e que, enquanto não tiver o Plano de Bacia pronto, aprovado, inclusive, pela sociedade civil, que tenham uma moratória para conservar o Pantanal. O **Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Planejamento Energético da UFMT Ivo Leandro Dorileo** afirmou que várias outras

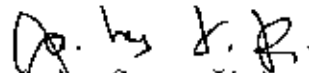


Audiências Públicas precisam ser realizadas, neste Estado de Mato Grosso, de três Biomas sensíveis. O primeiro deles é o Pantanal, onde a pecuária extensiva é importante, mas é uma das regiões mais pobre do estado. Informou que o consumo *per capita* de eletricidade é abaixo de muitos países da África Central. Ressaltou que a grande saída para o Pantanal é o planejamento agregado, integrado, de recursos energéticos, hídricos e ambientais e que a gestão integrada dá condições de, num mesmo fórum, discutir empreendimentos energéticos, empreendimentos sociais, tecnológicos, econômicos, de viabilidade, de gestão, de uma boa gestão dos recursos naturais. Sugeriu ao Ministério Público a realização de um planejamento deste tipo, não só para o Pantanal, mas para todo o Mato Grosso. Afirmou que a questão fundamental do Pantanal é a sua sustentabilidade e que toda a região do planalto que afeta diretamente o Pantanal deve ser tratada com planejamento e deve ter a avaliação de todas as variáveis técnicas, econômicas, sociais e ambientais, de maneira equânime. O representante da IDEC – Empreendimentos Hidrelétricos LTDA - Itamar Dias Duarte afirmou que no estado do Mato Grosso, nas áreas do Pantanal, não têm hidrelétrica porque é muito plano e que elas ficam nas cabeceiras. Explicou que para resolver a situação do Pantanal precisa-se de uma avaliação ambiental estratégica, que englobe a parte de ocupação humana, as estradas, a irrigação, o agronegócio e mencionou o Plano de Ação Ambiental Estratégica do Governo. Sugeriu que o Ministério Público (MP) tem que defender o papel de Política de Estado. O Geólogo Salatiel Alves de Araújo elogiou o modo como o presidente conduziu a audiência e recomendou que o relacionamento respeitoso permanecesse entre o Ministério Público e a sociedade, os técnicos e todas as pessoas que têm alguma contribuição a dar. Ressaltou que existem muitos técnicos que, simplesmente, falam a opinião pessoal, emocional, não baseada nas informações técnicas. Sugeriu formular um termo de referência para aqueles Técnicos que vão trabalhar com o MP, a fim de pautar na atuação e fornecimento de informações relevantes que sejam levadas em consideração quando chegar às instâncias superiores. Afirmou que precisam ser definidas claramente quais as competências dos Comitês de bacia e as da Secretaria do Meio Ambiente. Salientou que a adoção das baterias tesla, que estão sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, podem mudar essa matriz energética, tanto em nível nacional, como em nível mundial e que acredita que em pouco tempo poderá ser colocada uma produção de baterias de lítio no Mato Grosso. O professor Jeater Waldemar Maciel Correa Santos destacou que todos trabalham em conjunto com o objetivo de defender os recursos naturais do Estado e construir uma Política Ambiental consistente. Citou especificamente um Projeto que desenvolvido em parceria com o Ministério Público, cujo título é: *"Análise da Viabilidade de Implantação de um Corredor Ecológico para Potencialização Ações de Gestão Integradas, Compartilhadas de Áreas Protegidas, Preservadas nas Zonas de Transição dos Biomas do Cerrado e Pantanal, do Sul do Estado de Mato Grosso."* Mencionou que o título expressa como as coisas funcionam na Zona de Transição entre os dois Biomas; a existência de uma gestão integrada, especialmente, em termos de planície e planalto, e compartilhado em termos de Órgãos, Institutos e Agentes interessados na questão ambiental, ou os resultados vão continuar sendo pífios. Citou a questão do saneamento, que é gravíssima, pois dos 14 Municípios da Bacia, nenhum tem aterro sanitário, todos são lixo. Afirmou não existir tratamento de esgoto sendo colocado *in natura* no Pantanal. Ressaltou a intenção de se fazer uma zona, um arco de proteção no sentido de definir uma faixa de transição de áreas protegidas entre planalto e planície em todo o redor do Pantanal. Neste momento o Presidente afirmou que o Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso, Paulo Roberto Jorge do Prado, declarou que está apoiando a iniciativa de incluir o Planalto nas ações integradas do Ministério Público e ressaltou a importância de ver o Pantanal em um contexto maior, com o planalto, com as cabeceiras da bacia, e não só no Pantanal, que está na planície. Citou a iniciativa da Promotoria da Bacia Hidrográfica, apoiada na administração superior, em lançar um caderno científico de preservação do Pantanal, com o olhar mais amplo, sem esquecer que as suas cabeceiras nascem no planalto. O Promotor de Justiça do MPMT Eduardo Franco Cândia parabenizou a iniciativa do Conselho Nacional. Citou outro problema da questão das áreas úmidas do Pantanal, cuja exploração, segundo a



Constituição Federal, será feita na forma de Lei. Salientou que o Estado pode ter uma Legislação própria, independentemente do que está ocorrendo no âmbito Federal. Sugeriu que os Governos elaborem uma Lei para as especificidades do Pantanal, em relação às áreas úmidas, usinas, pecuária. A ciência mostra que tem 11 tipos de ecossistemas dentro do ecossistema Pantanal, o que não permite que o Pantanal seja tratado de uma forma abstrata e generalizada. Afirmou que é preciso unir universidades, academia, setores da economia política, comunidades ribeirinhas, comunidades de pescadores e todos os envolvidos nessa complexa de temática. Em seguida, o Assessor do MPMT, Francisco de Arruda Machado, ressaltou que o grande problema é que o Estado Brasileiro não fez nada para estudar esse grande país, minimamente, da perspectiva que propiciasse a quem quisesse investir o seu dinheiro de uma forma adequada, ordenada, e contraditoriamente falam em sustentabilidade. Enfatizou o problema dos licenciamentos porque no processo querem pagar o menor preço, e não por especialistas. Explicou que os Planos de Monitoramento são elaborados para tentar construir um estudo bem feito e propiciar os Planos de Gestão. Citou como exemplo de falta de planejamento a construção da Usina de São Lourenço e os riachos que desapareceram por conta disso. Afirmou que a sociedade e o Ministério Público devem ser parceiros. Após, falou o Presidente do Sindicato da Geração da Transmissão de Energia do Estado do MT José Antônio de Mesquita, o qual informou que terá, em Cuiabá, um seminário para discutir a energia no estado. Afirmou que há um potencial hídrico, que vai baratear a conta de energia se comparado a um poluidor, como o óleo diesel. Pontuou que os erros devem ser corrigidos, mas não concorda que se deva acabar com as hidrelétricas. Exemplificou que a Bacia do Prata corresponde a praticamente 60% de geração do Brasil. Sugeriu que se estude a melhor energia para o Mato Grosso. Ao final, após os debates, a Secretária Estadual de Meio Ambiente do MT Ana Luiza Ávila Peterlini, convidada especial da Audiência Pública, parabenizou a iniciativa do presidente do Conselho em ir até os Estados para fazer essa discussão. Explicou que o Pantanal é hoje reconhecido como patrimônio da humanidade, pela UNESCO, reserva da biosfera, protegida pela Convenção Ramsar. Acrescentou que, apesar disso, não se dá a devida importância ao Pantanal. Sugeriu que se definam os usos do Pantanal, a fim de sua proteção e preservação. Observou que o Pantanal já é utilizado em atividades de pesca, turismo, pecuária, hidrelétricas e agricultura, e sugeriu um planejamento para nortear essas ações, o que evitaria muitos pedidos de licenciamento. Explicou que o licenciamento não é o único instrumento capaz de garantir a proteção do meio ambiente e que o processo de licenciamento precisa ser simplificado. Afirmou que é preciso ter instrumentos como um Plano de Bacia Hidrográfica do Pantanal, que garanta e que demonstre onde se pode ocupar e como ocupar e essa discussão deve ser realizada com a sociedade. Isso não garante a proteção do Pantanal, mas já é um trabalho que deve ser reconhecido. Ressaltou a importância de se fomentar a criação e a instalação dos Comitês de Bacia. Encerrando a Audiência Pública, o Procurador-Geral de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado agradeceu a todos e afirmou que o se quer nessas Audiências Públicas e nessa discussão é juntar as vertentes a favor e contra, opiniões, visões, olhares, ao qual o Ministério Público está aberto. Destacou a questão de valorizar o profissional especializado, o estudo. Elogiou a maneira como o presidente soube conduzir a questão da manutenção do crescimento econômico e preservação do meio ambiente, em uma construção simbiótica. Em seguida, a Subprocuradora-Geral da República, Sandra Cureau, parabenizou a todos que participaram e o presidente. Destacou que já combinou algumas atuações conjuntas dos MPs Estadual e Federal de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que envolverá, provavelmente, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai. O Conselheiro do CNMP Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho disse que a audiência pública é uma oportunidade que se tem de conhecer a área técnica, científica. Elogiou a participação do Sr. Francisco Peixe, que demonstrou experiência na luta, sobre-humana, em defesa do Pantanal. Agradeceu todos que tornaram possível a realização do evento, porque acredita ser pelo diálogo que os objetivos são conquistados, razão da efetividade dos instrumentos Termos de Ajustamento de Conduta e Recomendações. O Presidente citou que a presença de advogados, senadores, ex-governadores, ex-ministros,

presentes na audiência, permitem trazer uma visão muito útil para o CNMP e para o MP. Afirmou que Audiência Pública, do CNMP, é um instrumento incipiente e novo e que está sendo realizado para embasar e dimensionar as suas conclusões. Por fim, agradeceu aos participantes. Para concluir a Audiência Pública, deu a palavra ao Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe, referência ambiental do MPMT, o qual afirmou que Ministério Público tem que ser firme, porque os interesses são muito egoísticos e que tem que haver uma preocupação com o desenvolvimento econômico do Pantanal, se não ele será destruído. Elogiou o trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público e agradeceu a presença dos participantes. Por fim declarou encerrada a Audiência Pública. Assinam esta ata Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do MP e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Conselheiro Nacional do MP e eu, Lilia Milhomem Januário, Analista da CDDF, que a redigi.



Jarbas Soares Júnior
Presidente da CDDF
Conselheiro do CNMP



Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Conselheiro do CNMP



Lilia Milhomem Januário
Analista da CDDF